

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	11
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	07/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2015	Ordinária		0,80564

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	5.216.915	5.032.293
1.01	Ativo Circulante	2.937.882	2.911.934
1.01.01	Disponibilidades	176.085	158.076
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	577.077	525.778
1.01.02.01	Aplicações no mercado Aberto	482.288	380.755
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	94.789	145.023
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	600.911	545.657
1.01.03.01	Carteira Própria	524.439	325.433
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	73.011	216.957
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	3.461	3.267
1.01.04	Relações Interfinanceiras	107.313	268.990
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8.053	11
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	98.399	268.066
1.01.04.04	Correspondentes	861	913
1.01.06	Operações de Crédito	1.303.366	1.235.369
1.01.06.02	Setor Privado	1.387.645	1.312.026
1.01.06.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-84.279	-76.657
1.01.08	Outros Créditos	169.336	174.524
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	1.029	813
1.01.08.02	Rendas a Receber	1.364	1.144
1.01.08.04	Diversos	172.729	178.052
1.01.08.05	(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-5.786	-5.485
1.01.09	Outros Valores e Bens	3.794	3.540
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	4.034	4.670
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-2.484	-3.126
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	2.244	1.996
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.164.218	2.009.444
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	277.154	274.891
1.02.02.01	Carteira Própria	277.154	274.891
1.02.03	Relações Interfinanceiras	52.913	49.137
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	52.913	49.137
1.02.05	Operações de Crédito	1.737.903	1.582.827
1.02.05.02	Setor Privado	1.847.138	1.680.804
1.02.05.05	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-109.235	-97.977
1.02.07	Outros Créditos	96.248	102.589
1.02.07.01	Diversos	96.248	102.589
1.03	Ativo Permanente	114.815	110.915
1.03.01	Investimentos	33	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	167	167
1.03.01.04.02	No Exterior	4	4
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	87.046	84.210
1.03.02.01	Imóveis de Uso	45.839	45.389
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	125.882	121.853

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-84.675	-83.032
1.03.04	Intangível	27.736	26.672
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	39.579	34.960
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-11.843	-8.288

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	5.216.915	5.032.293
2.01	Passivo Circulante	4.119.027	4.090.908
2.01.01	Depósitos	3.822.445	3.551.588
2.01.01.01	Depósitos a Vista	879.603	1.002.071
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	781.767	789.627
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	159.703	200.270
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.001.372	1.559.620
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	73.039	216.869
2.01.02.02	Carteira Própria	73.039	216.869
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.270	155.261
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	7.270	155.261
2.01.04	Relações Interfinanceiras	23.021	282
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	22.823	0
2.01.04.02	Correspondentes	198	282
2.01.05	Relações Interdependências	419	361
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	419	246
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	0	115
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	950	976
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.019	1.194
2.01.09	Outras Obrigações	190.864	164.377
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	21.974	1.162
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	121	5.922
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	21.655	27.741
2.01.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	0	73
2.01.09.05	Diversas	147.114	129.479
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	490.110	372.069
2.02.01	Depósitos	311.987	348.166
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	311.987	348.166
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	165.192	6.825
2.02.03.01	Recursos de Letras imobiliárias	165.192	6.825
2.02.09	Outras Obrigações	12.931	17.078
2.02.09.01	Diversas	12.931	17.078
2.05	Patrimônio Líquido	607.778	569.316
2.05.01	Capital Social Realizado	480.478	480.478
2.05.01.01	Ações Ordinárias - País	480.478	480.478
2.05.04	Reservas de Lucro	88.838	88.838
2.05.04.01	Legal	7.403	7.403
2.05.04.02	Estatutária	81.435	81.435
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	38.462	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	327.954	647.927	277.022	533.763
3.01.01	Operações de Crédito	281.382	551.000	232.575	448.613
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Val. Mobiliários	41.876	85.176	41.002	77.546
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	3.895	9.378	3.035	7.194
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	801	2.373	410	410
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-139.751	-281.183	-128.903	-242.118
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-102.323	-198.904	-87.014	-165.455
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-60	-234	-2	-3
3.02.03	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-37.041	-81.678	-41.508	-75.929
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	-327	-367	-379	-731
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	188.203	366.744	148.119	291.645
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-121.674	-230.315	-98.487	-187.149
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	17.889	33.408	14.851	28.058
3.04.02	Despesas de Pessoal	-58.052	-114.623	-46.561	-90.727
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-57.418	-110.744	-50.092	-92.494
3.04.03.01	Despesas de Água, Energia e Gás	-1.534	-3.075	-953	-1.834
3.04.03.02	Despesas de Aluguéis	-2.255	-4.510	-1.567	-3.002
3.04.03.03	Despesas de Comunicação	-7.555	-14.136	-6.085	-11.274
3.04.03.04	Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-1.557	-3.311	-1.189	-2.410
3.04.03.05	Despesas de Material	-464	-1.125	-353	-752
3.04.03.06	Despesas de Processamento de Dados	-10.472	-20.841	-8.750	-16.541
3.04.03.07	Despesas de Promoções e Relações Públicas	-1.138	-2.633	-2.649	-3.438
3.04.03.08	Despesas de Propaganda e Publicidade	-1.510	-2.371	-1.517	-2.612
3.04.03.09	Despesas de Publicação	-493	-780	-499	-721
3.04.03.10	Despesas de Seguros	-69	-115	-27	-78
3.04.03.11	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-3.287	-6.164	-1.617	-3.134
3.04.03.12	Despesas de Serviços de Terceiros	-6.865	-13.234	-5.916	-12.182

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.04.03.13	Despesas de Serviços de Vigilância e Segur. Bancária	-7.708	-15.093	-7.856	-12.943
3.04.03.14	Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-2.702	-4.042	-3.159	-6.018
3.04.03.15	Despesas de Transporte	-3.435	-6.903	-2.729	-5.321
3.04.03.16	Despesas de Viagem no País	-294	-472	-415	-678
3.04.03.17	Despesas de Multas Aplicadas pelo Bacen	-15	-16	0	0
3.04.03.18	Outras Despesas Administrativas	-1.085	-2.153	-884	-1.869
3.04.03.19	Despesas de Amortização e Depreciação	-4.954	-9.729	-3.905	-7.643
3.04.03.20	Contribuições Filantrópicas	-26	-41	-22	-44
3.04.04	Despesas Tributárias	-11.712	-23.345	-10.466	-20.395
3.04.04.01	Desp. de Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza	-841	-1.605	-729	-1.378
3.04.04.02	Despesas de Contribuições ao Finsocial	-9.203	-18.208	-8.259	-15.889
3.04.04.03	Despesas de Contribuições ao Pis/Pasep	-1.512	-2.984	-1.346	-2.587
3.04.04.05	Despesas Tributárias	-156	-548	-132	-541
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.319	5.248	1.708	3.623
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	61	70	28	28
3.04.05.02	Outras Rendas Operacionais	2.133	4.605	1.534	3.449
3.04.05.03	Outras	125	573	146	146
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-14.700	-20.259	-7.927	-15.214
3.04.06.02	Descontos Concedidos	-6	-24	-3	-28
3.04.06.03	Juros sobre o Capital Próprio	-7.671	-7.671	-6.288	-12.500
3.04.06.04	Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições	-71	-135	-112	-214
3.04.06.05	Outras Despesas Operacionais	-6.952	-12.429	-1.524	-2.472
3.05	Resultado Operacional	66.529	136.429	49.632	104.496
3.06	Resultado Não Operacional	-657	-602	949	519
3.06.01	Receitas	741	1.378	3.437	3.007
3.06.01.01	Receitas Não Operacionais	741	1.378	3.437	3.007
3.06.02	Despesas	-1.398	-1.980	-2.488	-2.488

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.06.02.01	Despesas Não Operacionais	-1.398	-1.980	-2.488	-2.488
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	65.872	135.827	50.581	105.015
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-41.589	-87.496	-37.601	-72.465
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-22.981	-48.981	-20.618	-39.522
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-14.033	-29.766	-12.619	-23.990
3.08.03	Ativo Diferido	-4.575	-8.749	-4.364	-8.953
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-5.315	-9.869	-1.511	-4.525
3.10.01	Participações	-5.315	-9.869	-1.511	-4.525
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	7.671	7.671	6.288	12.500
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	26.639	46.133	17.757	40.525
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,99209	4,03943	1,86491	4,25609

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	140.842	1.100.468
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	142.699	123.288
6.01.01.01	Lucro Líquido	46.133	63.293
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	9.729	11.381
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.345	92.352
6.01.01.06	Provisão para contingências	9.250	1.533
6.01.01.07	Provisão para outros créditos	301	760
6.01.01.08	Ajuste de Mercado - TVM	466	0
6.01.01.09	Provisão atuarial	-3.883	-1.013
6.01.01.12	Valores baixado ou compensados	0	-45.018
6.01.01.13	Provisão para desvalorização de outros bens	-642	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.857	977.180
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.234	124.307
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-57.982	8.325
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	180.698	26.335
6.01.02.04	Operações de Crédito	-304.418	-320.623
6.01.02.05	Outros Créditos	11.228	-19.235
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	387	1.040
6.01.02.07	Outras Obrigações	16.973	-20.222
6.01.02.08	Depósitos	234.678	1.257.452
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-143.830	-92.937
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	10.376	12.738
6.01.02.11	Obrigações por repasse	-175	0
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos	-26	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.630	-25.991
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	5.285	5.233
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-14.263	-24.023
6.02.05	Aplicação no Intangível	-4.652	-7.201
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.671	-70.023
6.03.03	Div. e Juros s/ Capital Próprio Pagos ou Provisionados	-7.671	-70.023
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	119.541	1.004.454
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	538.832	731.794
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	658.373	1.736.248

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	480.478	0	0	88.838	0	0	569.316
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	480.478	0	0	88.838	0	0	569.316
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	46.133	0	46.133
5.05	Destinações	0	0	0	0	-7.671	0	-7.671
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-7.671	0	-7.671
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	480.478	0	0	88.838	38.462	0	607.778

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	400.484	0	0	105.649	0	0	506.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	400.484	0	0	105.649	0	0	506.133
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	40.525	0	40.525
5.05	Destinações	0	0	0	-25.656	-12.500	0	-38.156
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-25.656	0	0	-25.656
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-12.500	0	-12.500
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	400.484	0	0	79.993	28.025	0	508.502

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/06/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	720.470	837.896
7.01.01	Intermediação Financeira	753.089	886.230
7.01.02	Prestação de Serviços	33.407	41.265
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-81.387	-109.386
7.01.04	Outras	15.361	19.787
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-342.431	-359.312
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-82.335	-119.387
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.835	-7.335
7.03.02	Serviços de Terceiros	-89.671	-111.741
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	14.171	-311
7.04	Valor Adicionado Bruto	295.704	359.197
7.05	Retenções	-9.729	-11.381
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.729	-11.381
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	285.975	347.816
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	285.975	347.816
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	285.975	347.816
7.09.01	Pessoal	107.690	123.758
7.09.01.01	Remuneração Direta	76.309	87.326
7.09.01.02	Benefícios	25.494	29.928
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.887	6.504
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	127.643	156.328
7.09.02.01	Federais	125.568	153.479
7.09.02.02	Estaduais	0	1
7.09.02.03	Municipais	2.075	2.848
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.509	4.437
7.09.03.01	Aluguéis	4.509	4.437
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.133	63.293
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.671	18.712
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.462	44.581

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao semestre findo em 31 de junho de 2015, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1. Ambiente Econômico

No 1º semestre de 2015, a atividade econômica global permaneceu com crescimento comedido e desigual, sendo fortemente impactada pela queda no ritmo de crescimento de países desenvolvidos e emergentes. Nesse sentido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a expectativa de expansão da economia global para 2015 de 3,5%, estimado em abril, para 3,3%. A queda nas previsões foi ocasionada, sobretudo, em razão do fraco desempenho apresentado pelos Estados Unidos no primeiro semestre, além da desaceleração de países emergentes, especialmente os exportadores de petróleo, devido à queda no preço das commodities. A China, por sua vez, teve o mais baixo ritmo de crescimento em um trimestre desde 2009, mas manteve o avanço do PIB em comparação ao trimestre anterior, com aumento de 7%, favorecido principalmente pelos resultados da produção industrial e pelos ganhos financeiros com a alta da Bolsa. Assim, segundo o FMI, a projeção de crescimento em 2015 para os EUA teve forte queda, passando de 3,1% para 2,5%. Já a expectativa para a Zona do Euro manteve-se estável, apesar das recentes ocorrências na Grécia, que vem passando, desde a crise de 2008, por um processo de recessão econômica. Para a China, manteve-se a projeção de crescimento em 6,8%, a mais baixa desde 1990.

A economia brasileira, por sua vez, vive um cenário de desaceleração, com inflação elevada. Conforme dados do Boletim Focus do Banco Central do Brasil, as expectativas em torno da previsão do PIB em 2015 continuam desfavoráveis, demonstrando uma contração de 1,7%, a maior sofrida desde 1990 quando o PIB brasileiro teve uma queda de 4,35%. De acordo com os dados de maio/15 do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado prévia do PIB, a economia brasileira ficou praticamente estagnada no período, apresentando um crescimento de apenas 0,03% em comparação ao mês anterior.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no primeiro semestre de 2015 chegou a 6,17%, o maior registrado para o período desde 2003. O principal fator foi a alta nos preços dos grupos alimentação e bebidas, habitação e transporte. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrou alta de 6,80% no acumulado dos seis primeiros meses do ano, justificada pela recomposição de tarifas básicas, como transporte público (ônibus urbano), água, esgoto e, principalmente, energia elétrica. Em valores acumulados nos últimos doze meses, o IPCA foi a 8,89%, maior registro também desde 2003, quando o índice atingiu 9,30%. Já o INPC atingiu o patamar de 9,31%, acima da taxa de 8,76% dos doze meses anteriores. A alta da inflação também impulsionou o crescimento da taxa básica de juros da economia nacional. A expectativa da Selic para o final do ano passou para 14,50% (BCB).

Um dos grandes impactos desse contexto de desaceleração da economia, inflação elevada e alta de juros é a redução do poder de compra da população e também da capacidade de pagamento de suas dívidas. No 1º semestre de 2015, a inadimplência do consumidor, calculado pelo Serasa Experian, apresentou o pior resultado semestral dos últimos 3 anos, com alta de 16,4% em comparação com o mesmo período do ano passado. Já as dívidas em atraso junto a bancos, com a mesma base de comparação, aumentaram 15,4%. Em consonância com este cenário, o BCB revisou a projeção do crescimento do crédito de 11% para 9%, praticamente o mesmo patamar da inflação estimada para 2015. Até maio, com dados acumulados em 12 meses, o crédito apresentou um crescimento real de 1,5%.

Em âmbito regional, observa-se que o mercado paraense está sentindo os reflexos da conjuntura nacional, sobretudo da elevação da SELIC, que tem impactado o investimento no setor da indústria e, consequentemente, tido reflexo nas atividades do comércio. O volume de vendas no comércio varejista no Pará apresentou variação negativa entre janeiro e maio deste ano, com índice de 1,5%. Assim, a expectativa é que a economia paraense siga em ritmo moderado, em razão também da

Comentário do Desempenho



queda dos preços dos minerais no mercado internacional, conforme já se verifica no Índice de Atividade Econômica do Pará (BCB) que, em maio, apresentou retração de 0,63% em comparação ao mês anterior. Em 12 meses, houve tímido crescimento de 0,89%.

Apesar destes reveses, segundo dados do IBGE em relatório da Fapespa, a produção física da Indústria Geral paraense, no acumulado de janeiro a maio deste ano, chegou ao crescimento de 6,8%, representando o segundo melhor comportamento em 5 anos, consequência principalmente dos resultados obtidos pela indústria Extrativa Mineral com crescimento da produção de 9%, carregado pela produção de minério de ferro. Já a Indústria de Transformação registrou retração e encerrou o mês de maio com variação de -4,2%.

Quanto à inflação, o IPCA da região Metropolitana de Belém calculado pelo IBGE para o mês de junho resultou em patamares acima da variação nacional, ficando em terceiro lugar entre os índices das demais capitais. Isso se deve, sobretudo, aos itens despesas pessoais e transporte, que registraram variação de 2,27% e 2,48% respectivamente, superior à média nacional de 1,63% e 0,70%. No acumulado de 12 meses, a inflação oficial atingiu os 9,27%, a 5ª maior dentre as capitais levantadas. Para o INPC, Belém registrou a segunda menor variação no mesmo mês, ficando em 0,96%. Já no índice acumulado em 12 meses, em Belém atingiu-se 8,88%.

2. Rating

Após revisão, em setembro de 2014, do risco da indústria bancária do Brasil – BICRA, a S&P manteve a nota atribuída para os depósitos de longo prazo em escala nacional e escala global AA- e BB, respectivamente, já influenciadas pela revisão do rating soberano (âncora).

Por sua vez, a Agência Moody's, atribuiu ao Banco, em sua última avaliação, A2.br para depósito de longo prazo em escala nacional e Ba3 para depósito de longo prazo em escala global.

3. Destaques e Expectativas Banpará

No primeiro semestre de 2015, o Banpará envidou grandes esforços para a melhoria da qualidade do atendimento prestado aos seus clientes. Esse é um dos grandes focos do Plano de Expansão da rede de atendimento do Banco. Nesse período, foram inauguradas 7 novas unidades, 5 em municípios nos quais o Banpará ainda não estava presente: Jacundá, Baião, Novo Progresso, Igarapé-Açu e Faro. Já Santarém e Itaituba, que já contavam com agências do Banpará, tiveram sua rede de atendimento bancário ampliada. A primeira com uma agência voltada para o atendimento ao público Pessoa Jurídica e a segunda, com nova agência no bairro Cidade Alta. Assim, entre agências e postos de atendimento, o Banpará passou a estar presente em 83 municípios do Estado.

Estão previstas, até o final deste ano, outras 10 unidades, 9 em municípios ainda não cobertos pelos serviços do Banpará. Em se cumprindo essa meta, ao encerrar 2015, serão 92 cidades paraenses contempladas pela rede de atendimento do Banco. A meta maior, entretanto, é para o final do ano de 2018, quando 100% dos municípios do Estado deverão contar com uma unidade do Banpará, contribuindo para a bancarização do Pará e para a dinamização das economias locais.

Com relação às operações de crédito, estas cresceram 14% no 1º semestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no Estado do Pará, segundo informação mais recente disponibilizada pelo BCB, o saldo destas operações cresceu cerca de 6% em 12 meses até maio/2015. Historicamente, o Banpará vem registrando taxas superiores ao crescimento do Estado, e a expectativa é que esse ritmo se mantenha também no segundo semestre de 2015, ainda que o contexto econômico nacional não seja o mais favorável.

Para impulsionar ainda mais o crescimento das operações de crédito, o Banpará pretende lançar, em 2015, um novo Pacote de CDC – Crédito Direto ao Consumidor, que inclui os financiamentos de impostos e de material de construção, CDC Pessoal/CDC Funcionário Público, Linha Branca e aprimoramento do Credcomputador.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1. Principais Indicadores

Comentário do Desempenho

No primeiro semestre de 2015, o lucro líquido do Banpará atingiu R\$46.133 mil, correspondente a R\$4,85 por ação. O Patrimônio Líquido alcançou R\$607.778 mil, uma expansão de 19,5% em relação ao mesmo período do ano 2014, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 27,3%.

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 647.927 mil, registrando um crescimento de 21,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No comparativo entre o primeiro semestre do ano de 2015 e o mesmo período do ano anterior, as despesas de Intermediação Financeira que atingiram R\$280.811 mil refletiram aumento de 16,2%. O aumento observado deu-se em virtude do crescimento das despesas com provisões para perdas em operações de crédito, reflexo da diversificação do portfólio da carteira de crédito, que passou a contar com produtos que geram custos de crédito mais elevados.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com crédito, atingiu R\$367.116 mil no primeiro semestre de 2015, um aumento de 25,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, totalizaram R\$33.407 mil no primeiro semestre de 2015, um crescimento igual a 19,1%, se comparado com o total de R\$28.059 mil, alcançado no primeiro semestre do ano de 2014.

As despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 248.172 mil em junho de 2015, com acréscimo de 22,1% em comparação ao mesmo período de 2014. As despesas de pessoal atingiram R\$ 114.622 mil, um acréscimo de 26,3% em relação ao segundo semestre de 2014.

As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 110.744 mil neste primeiro semestre de 2015, equivalente a uma evolução de 19,7% em relação ao apresentado no mesmo período de 2014, consequência do aumento dos custos com aluguel de imóveis, segurança e vigilância armada, serviços técnicos especializados e com propaganda e publicidade de produtos e serviços, refletindo a política de expansão do Banco.

O índice de eficiência operacional calculado para o primeiro semestre de 2015 foi 56, 1 pp. menor que o apresentado no igual período do ano anterior, reflexo do crescimento das despesas gerais, face à estratégia de crescimento em execução desde o ano 2013. O índice de cobertura para o período foi de 29.

4.2. Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2015, os ativos totais alcançaram saldo de R\$ 5.216.915 mil, equivalente ao decréscimo de 1,2%, quando comparado ao registrado em junho de 2014, o retorno anualizado sobre os ativos médios importaram em 2,9%.

4.2.1. Carteira de Crédito

No primeiro trimestre de 2015, a carteira de crédito alcançou R\$3.272.267 mil, incremento de 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O saldo da carteira de crédito comercial Pessoa Física em junho de 2015 foi de R\$ 3.197.138 mil que representa um incremento de 15,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa ao final do primeiro semestre de 2015, 5,9% da carteira de crédito, um aumento de 0,7 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2014

Em 30 de junho de 2015 o índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias representavam 2,0% da carteira de crédito, com um índice de cobertura de 295%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face as perdas prováveis é quase 3 vezes a inadimplência do período.

4.2.2 Depósitos

O volume dos depósitos no primeiro semestre de 2015 totalizou R\$ 4.134.432 contra R\$ 4.348.023 registrados no primeiro semestre de 2014, apresentando uma leve redução de 4,91%.

Comentário do Desempenho

Analisando os depósitos por tipo, conclui-se que a variação no volume total foi impactada principalmente pela diminuição dos depósitos governamentais reduzidos em 11,72% e os vencimentos das operações de DPGE que representaram uma diminuição de 14,13%.

Os Depósitos a vista tiveram uma redução pouco relevante de 0,88% em relação ao saldo do mesmo período do ano anterior.

As demais linhas de depósitos registraram variações positivas com destaque para os depósitos de PF e PJ que cresceram 12,68% e 6,10%, respectivamente.

Os Depósitos de Poupança e Depósito Interfinanceiro continuam com variações positivas com crescimento de 13,53% e 9,75%, se comparadas com o mesmo período do ano anterior.

A estrutura dos depósitos do Banco é composta conforme abaixo:

Depósitos	2015	2014
Depósito à vista	21,28%	20,41%
Depósitos de Poupança	18,92%	15,84%
Depósitos Interfinanceiros	3,86%	3,35%
Depósito a prazo	50,90%	54,82%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	5,04%	5,58%
Total	100,00%	100,00%

5. Relacionamento com Clientes e Canais

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará vem ampliando sua rede atendimento, possibilitando a inserção da população paraense no mercado financeiro, estando presente em 83 municípios paraenses.

Discriminação	Capital	Interior	Total
Agências	15	61	76
Postos de Atendimento	19	33	52
Caixa Deslocado	5	4	9
PAE	113	25	138
Pontos de atendimentos – rede própria			275
Municípios Atendidos			83

Além de sua Rede própria, o Banpará disponibiliza mais de 32.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e a Rede Saque e Pague. Desta maneira viabiliza aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional, além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas das outras instituições parceiras.”

6. Gestão Corporativa

6.1. Gestão de Riscos

O Banpará quanto à gestão de riscos e de capital, desenvolve suas atividades de acordo com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e de forma alinhada às melhores práticas de mercado. Para tanto, são promovidas atualizações e aprimoramento contínuo das políticas, dos processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Em conformidade com Basileia III, o Banco realiza constantes ações para aprimoramento dos sistemas, processos e procedimentos, visando à adequação ao novo ambiente regulatório. Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor espelha a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o primeiro semestre de 2015 com

Comentário do Desempenho



índice de 19,02% bem acima dos 11% estabelecidos pelo Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: www.banpara.b.br

6.2. Controles Internos e Compliance

As áreas de Controles Internos e Compliance têm como atribuição o monitoramento dos processos desenvolvidos no Banpará e a verificação da conformidade das atividades de acordo com as leis e regulamentos externos e internos, articulando-se com os gestores das unidades internas para avaliação, validação e certificação dos controles definidos para os produtos, serviços e processos, alinhando-se às melhores práticas de mercado e às regras definidas pelos órgãos fiscalizadores.

As fragilidades identificadas por ocasião da rotina de controles internos foram acompanhadas por meio dos planos de ação ativados para correção e minimização dos riscos envolvidos, havendo também a aplicação das autoavaliações em todas as unidades do Banco, bem como a monitoração do cumprimento dos normativos internos e externos encaminhados às diversas unidades do Banco, possibilitando, desse modo, a construção e a manutenção da efetividade e consistência dos controles internos conforme a natureza, complexidade e risco das operações efetuadas por esta instituição financeira, com a finalidade de atingir as metas estratégicas estabelecidas pela Alta Administração e os parâmetros definidos pelo Mercado Financeiro.

Com relação à prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), o Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral. Assim, no 1º semestre de 2015, foram rastreadas movimentações de valor igual ou superior a dez mil reais, com sinalização de clientes para aplicação da política “Conheça seu Cliente” e comunicação de movimentações atípicas e sem justificativa plausível aparente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, conforme preceitua a Lei 9.613/98, Art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.”

6.3. Segurança da Informação e Ambientes

A Segurança Empresarial no Banpará é feita sobre três vertentes, quais sejam: Segurança da Informação; Segurança Física e Patrimonial; e Prevenção e Combate à Fraude Eletrônica. Todas constituídas por um conjunto de controles representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas e normas, além de soluções de Tecnologia da Informação.

A Segurança da Informação tem por objetivo precípuo de proteger as informações nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade. A Prevenção à Fraude Eletrônica atua sob a premissa de evitar/diminuir prejuízos financeiros aos clientes e à instituição e a Segurança Física e Patrimonial atua de forma a resguardar os ambientes do Banco, bem como seus bens, incluído neste rol clientes, usuários e funcionários.

6.4. Tecnologia da Informação

Durante o segundo trimestre de 2015, foram realizadas ações pelas áreas de Tecnologia da Informação (TI) com base no planejamento, com intuito de proporcionar a melhoria na qualidade dos serviços prestados, temos como destaque os investimentos voltados para o desenvolvimento de novas funcionalidades e aperfeiçoamento de software, além da aquisição de novos sistemas para ampliação do portfólio de produtos e serviços do Banpará.

A Diretoria prosseguiu com a implementação de ações e investimentos no segmento de Infraestrutura e TI, a fim de oferecer o suporte adequado às unidades de negócios do Banco, em sintonia com as diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, especialmente no que se refere à expansão e disponibilidade da rede de atendimento em todo o Estado do Pará.”

6.5. Ouvidoria

Comentário do Desempenho



A Ouvidoria Banpará atua no tratamento de reclamações e utilização das informações como insumos para proposição de ações de melhorias de processos, produtos e serviços, conforme determinação do Conselho Monetário Nacional (Resolução 3.849) e Circular do Banco Central (nº 3503).

À Ouvidoria do Banpará cumpre dar o devido tratamento às demandas dos clientes/usuários, relacionadas aos serviços prestados pelo Banco. Nesse sentido, atua ativamente na prevenção de conflitos de forma independente, transparente e célere.

Dentre os tipos de demandas, temos as demandas julgadas procedentes solucionadas, estas, são objeto de análises mais detalhadas e submetidas à alta Administração Banco, resultando na correção e/ou reformulação de procedimentos e controles operacionais, para melhorar os processos de gestão

Mais que atender às determinações legais, a Ouvidoria Banpará representa o comprometimento da empresa com as boas práticas de mercado, em respeito aos direitos dos consumidores, e a busca constante por aprimoramento e melhoria de seu relacionamento com os diversos públicos atendidos. A Ouvidoria Banpará pretende ser um legítimo fomentador de mudanças dos diversos setores do Banpará e na sociedade em geral.

7. Recursos Humanos

As atividades de capacitação e aperfeiçoamento do corpo funcional foram prioridades para o Banco e estão vinculadas às diretrizes do Planejamento Estratégico da Instituição.

Durante 1º semestre do ano de 2015, complementando o objetivo institucional de promover o desenvolvimento profissional de seus funcionários, e desta forma influenciar diretamente na melhoria da qualidade e eficiência dos produtos e serviços ofertados pelo Banco, e com investimento total no valor de R\$ 664.926,43 (seiscentos e sessenta e quatro mil e novecentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos), foram ofertados 475 vagas em treinamentos, cursos, palestras, capacitações e congressos na Capital e fora do Estado, voltados às áreas de Tecnologia, Recursos Humanos, Contabilidade, Marketing, Câmbio, Financeira, Jurídico, Comercial, Risco e Compliance.

Ainda no mesmo período, 99 funcionários foram contemplados pelo Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDE, sendo 52 funcionários beneficiados com cursos de Graduação e 47 em Pós-Graduação, com investimentos na ordem de R\$ 238.431,75 (duzentos e trinta e oito mil e quatrocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos)

O quadro funcional foi ampliado em 169 (cento e sessenta e nove) novos empregados os quais participaram do curso de Integração e Capacitação para Novos bancários, para conhecer as nuances do Banco e adquirir conhecimentos voltados à atividade bancária, políticas internas, informações sobre as principais leis e normas que regem as atividades da empresa, regimento negocial de produtos e serviços bancários e demais aspectos da rotina do Banco. Cursos como o de Formação de Caixa Executivo, ética, assédio moral e afins, foram ministrados para consolidar a formação do novo bancário que ingressa na empresa.”

8. Sustentabilidade

O Banpará, com o objetivo de ser um eficiente agente financeiro do Governo do Estado e importante indutor do desenvolvimento econômico e social do Pará, assumiu o compromisso de atuar em prol da sociedade paraense, pautado nos seguintes pilares: ética, transparência, responsabilidade socioambiental e respeito aos investidores, clientes e funcionários.

Particularmente, alinhado com as práticas de desenvolvimento sustentável, investe em ações que contribuem para equilibrar aspectos sociais, ambientais e culturais, e contribuir com a redução da pobreza e da desigualdade social e valorizar a cultura paraense.

No ambiente interno, pautado pela educação ambiental, desenvolve o Programa Ambiente Amigo que visa implantar e divulgar práticas sustentáveis, através de campanhas educativas, com o objetivo de sensibilizar seus funcionários e terceirizados para mudanças nos padrões de consumo dos recursos naturais e matérias, contribuindo para redução das despesas do banco.

Comentário do Desempenho



Em atendimento a Resolução nº 4.327 de 25/04/2014 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras, cujo objetivo principal é a mitigação do risco socioambiental na concessão de crédito e em todas as operações e ações realizadas pelo banco, o Banpará teve a minuta da sua Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA aprovada pela Diretoria Colegiada, aguardando tão somente a homologação pelo Conselho de Administração, para publicação.

No ambiente externo, ao longo do ano, foram realizadas coletas seletivas pela Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém. Essa ação é muito importante para a sociedade, pois gera renda para os coletores e contribui para a preservação do meio ambiente, diminuindo a poluição dos solos e rios, além de cooperar com o desenvolvimento sustentável do planeta.

Em Junho/2015 lançou o Projeto Semana do Meio Ambiente, com o tema “O Banpará em harmonia com a sociedade e o Meio Ambiente”, em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 05 de junho. A campanha distribuiu 800 sacolas ecológicas e arrecadou quase uma 1,5 tonelada de alimentos não perecíveis, que foram distribuídos entre diversas entidades no Estado do Pará.

Em Abril/2015 o Banpará renovou o Termo de Doação com a Casa do Menino Jesus III, projeto que acolhe e atende a crianças e adolescentes de baixa renda, vindos do interior do Estado, portadores de problemas cardíacos e renais, e para tratamento de câncer em Belém.

Há 13 anos o banco contribui para a manutenção deste lar de acolhimento, cujo projeto, em sua essência social inclui os acompanhantes na realização das atividades domésticas da casa, o que os aproxima de uma rotina familiar e do referencial de lar, para o resgate da autoestima de cada pessoa adoecida e de seus familiares.

O Banpará atua, também, como agente financeiro e de fomento do Governo do Estado do Pará, bem como, de Governos Municipais, estimulando o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará através da concessão de empréstimos e financiamentos.

9. Informações Legais

9.1. Circular nº 3.068/2001

O Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$152.561 mil, representando 17,4% do total de títulos e valores mobiliários.

9.2. Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º, da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, os de Auditoria Externa.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança na Instituição, e ao Governo do Estado do Pará pelo apoio recebido. Aos empregados e colaboradores, o agradecimento especial pelos resultados e as conquistas positivas alcançadas no 1º semestre de 2015.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
RELATIVAS AO 2º TRIMESTRE DE 2015, FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015.**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 Contexto operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

2 Declaração de conformidade das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos conceituais básicos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco. Os pronunciamentos CPC 10 e CPC 23 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias do Banco.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;



Notas Explicativas

Nota explicativa 4, 5 e 1 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros;

Nota explicativa 15.2 - cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais;

Nota explicativa 9 - determinação da vida útil de determinados ativos.

Nota explicativa 20 (b) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e

Notas explicativas 12 (d) - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

b. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

c. Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Reapresentação dos valores correspondentes para efeito de comparabilidade

Os valores correspondentes relativos à Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício findo em 30 de junho de 2014, originalmente apresentada em conjunto com as demonstrações financeiras aprovadas pela administração naquela data, estão sendo reapresentados para fins de comparação com as Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2015 em conformidade com a resolução nº4.007/11 (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), conforme demonstrado abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	30.06.2014		
	Original	Reclassificação	Reapresentado
Lucro Líquido	40.525	-	40.525
Lucro Líquido Ajustado	77.345	-	77.345
(Aumento)/ Redução Títulos e Valores Mobiliários	5.459	(126.161)	(120.702)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	636.372	(126.161)	510.211
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(15.480)	-	(15.480)
Caixa Líquido Aplicado das Atividades de Financiamento	(38.156)	-	(38.156)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	582.736	-	456.575
Caixa e equivalentes de caixa - Início do Período	1.153.512	(294.725)	858.787
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do Período (a)	1.736.248	(420.886)	1.315.362
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	582.736	(126.161)	456.575

A reapresentação desses valores correspondentes foi necessária em decorrência da revisão pelo Banco da classificação de Títulos e valores mobiliários mantidos para negociação como caixa e equivalente de caixa, à luz da resolução nº 3.604/08 (CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Notas Explicativas



3 Resumo das principais políticas contábeis

a. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas por competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos seguintes valores:

Rubricas correspondentes	30.06.2015	31.12.2014
Disponibilidades em moeda nacional	175.950	157.283
Disponibilidades em moeda estrangeira	135	793
Total de disponibilidades (caixa)	176.085	158.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4.a)	482.288	380.755
Total de caixa e equivalentes de caixa	658.373	538.831

c. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

I. Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

II. Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa

Notas Explicativas

significativa por parte da Administração.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do exercício, independentemente da categoria em que são classificados.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2015, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

e. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Compensação de Variação Salarial - CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de custo. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo a Circular do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 909 de 11 de janeiro de 1985, o Banco deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

h. Ativo permanente

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

No imobilizado de uso, são registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram ao Banco os benefícios, os riscos e o controle desses bens. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

• Imóveis de uso - Edificações	4%
• Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
• Demais itens	10%

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008.

i. Redução ao valor recuperável de ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores, bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j. Depósitos e captações, no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto - são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na nota 10.

Notas Explicativas**k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias.

l. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.555/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

m. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do BANCO, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM nº 695/2012.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na Instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Notas Explicativas**n. Outros ativos e passivos**

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

o. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as Informações financeiras encerradas em 30 de junho de 2015.

p. Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007 de 25 de agosto de 2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez.

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Títulos	30.06.2015	31.12.2014
Posição bancada(a):		
Letras Financeiras do Tesouro	36.501	33.070
Letras do Tesouro Nacional	166.358	136.084
Nota do Tesouro Nacional	279.429	211.601
Aplicações no mercado aberto (a)	482.288	380.755
Depósitos interfinanceiros:		
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	94.789	145.023
Total	577.077	525.778

a. Em 30 de junho de 2015, o saldo de títulos em posição bancada, montante de R\$482.288 (R\$380.755 em 31 de dezembro de 2014), referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Notas Explicativas



	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Posição Bancada	17.310	38.160	26.275	49.618
Posição Financiada	-	7	-	-
Depósitos	2.029	4.079	1.402	2.812
Interfinanceiros				
Total	19.339	42.246	27.677	52.430

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação por tipo de papel:

Títulos	30.06.2015	31.12.2014
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro (renda fixa)	394.211	224.119
CVS	150.982	156.389
Letras imobiliárias (i)	254.821	218.935
Cotas de fundos de empresas (ii)	1.579	881
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	73.011	216.957
Vinculados à prestação de garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	3.461	3.267
Total	878.065	820.548
Circulante	600.911	545.657
Realizável em longo prazo	277.154	274.891

(i) A alavancagem da captação de recursos por meio de poupança elevou a exigibilidade relativa à Carteira de Crédito Imobiliário, que conforme a Resolução nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, do BACEN, 65% no mínimo das captações por meio de poupança deverão ser aplicados em operações de Financiamentos Imobiliários. Em 30 de junho de 2015, o Banco para cumprir a exigibilidade relativa à Carteira de Crédito Imobiliário investiu em Letras de Crédito Imobiliário – LCI, com o prazo maior possível e que possa possibilitar liquidez imediata.

(j) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banpará investe no Fundo de Investimento em Participações (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando desenvolvimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que a obrigatoriedade de manter o investimento por 12 anos sendo prorrogado por mais 03.

b. Classificação por categoria e vencimento:

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 30.06.15	TOTAL 31.12.14
Títulos para negociação	464.146	136.765	-	124.593	-	725.504	663.278
Títulos públicos	464.146	136.765	-	124.593	-	725.504	545.658
Letras de crédito imobiliário	118.056	136.765	-	-	-	254.821	218.935
Letras financeiras do tesouro	346.090	-	-	124.593	-	470.683	444.343
Títulos Mantidos até o vencimento (i)	-	-	-	-	152.561	152.561	157.270
Títulos públicos	-	-	-	-	150.982	150.982	156.389
CVS	-	-	-	-	150.982	150.982	156.389
Títulos privados	-	-	-	-	1.579	1.579	881
Cotas de fundos de empresas	-	-	-	-	1.579	1.579	881

Notas Explicativas



TOTAL 30.06.2015	464.146	136.765	-	124.593	152.561	878.065
TOTAL 31.12.2014	86.912	458.746		117.620	157.270	820.548

- (i) Em conformidade com a circular 3068/2001, o Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quantos aos ajustes

	30.06.2015		31.12.2014	Ajustes	30.06.2015
	Custo	Mercado			
Para negociação	728.054	725.504	(1.858)	(4.408)	(2.250)
Letras de crédito imobiliário	257.063	254.821	(1.776)	(4.418)	(2.242)
Letras financeiras do tesouro	470.991	470.683	(82)	(390)	(308)
Mantidos até o vencimento	99.653	152.561	52.876	105.784	52.908
CVS	98.074	150.982	52.876	105.784	52.908
Cotas do Fundo de Ações	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de empresas	1.579	1.579	-	-	-

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

	Saldo em			
	30.06.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	725.504	470.683	254.821	-
Letras de crédito imobiliário	254.821	-	254.821	-
Letras financeiras do tesouro	470.683	470.683	-	-
TVM mantidos até o vencimento, a valor de mercado	152.561	1.579	150.982	-
C.V.S	150.982	-	150.982	-
Cotas de fundos de empresas	1.579	1.579	-	-
TOTAL	878.065	472.262	405.803	-

	Saldo em			
	31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado.	663.278	444.343	218.935	-
Letras de crédito imobiliário	218.935	-	218.935	-
Letras financeiras do tesouro	444.343	444.343	-	-
TVM mantidos até o vencimento, a valor de mercado	157.270	881	156.389	-
C.V.S	156.389	-	156.389	-
Cotas de fundos de empresas	881	881	-	-
TOTAL	820.548	445.224	375.324	-

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banpará são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Durante o 2º trimestre de 2015 não houve mudanças entre os níveis.

Marcação a mercado (MaM) das LFT

Notas Explicativas



O valor nominal atualizado é calculado a partir do acúmulo da taxa SELIC entre a data de emissão e a data da Marcação a Mercado - MaM. O preço de mercado (PU) da LFT é obtido pela aplicação do deságio no valor nominal pela taxa correspondente.

30.06.2015

Próprio – Bancada para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	38.952	6.921,8112	269.618
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	18.000	6.921,8112	124.593
Total					394.211

30.06.2015

Próprio – Financiado para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	10.548	6.921,8112	73.011
Total					73.011

30.06.2015

Próprio – Vinculados de papéis para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	500	6.921,8112	3.461
Total					3.461

31.12.2014

Próprio – Bancada para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	19.369	6.534,4584	126.566
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	14.929	6.534,4387	97.553
Total					224.119

31.12.2014

Próprio – Financiado para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	30.131	6.534,4584	196.890
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	3.071	6.534,4387	20.067
Total					216.957

31.12.2014

Próprio – Vinculados de papéis para negociação					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	500	6.534,4583	3.267
Total					3.267

Valor justo das CVS:

Conforme pesquisa realizada ao mercado (corretoras com as quais o Banco opera), onde foi considerado o mercado comprador, as ofertas obedeceram aos seguintes percentuais de deságio em relação aos valores em nossa carteira:

Acompanhamento do saldo CVS						
Classe	30.06.2015			31.12.2014		
CVS	Saldo	%	Valor justo	Saldo	%	Valor justo
A	43.096	73,85	31.3206	44.673	75,43	44.494
B	104.763	61,18	64.094	108.480	62,26	108.338
C	1.917	73,85	1.416	1.987	75,43	1.979
D	1.206	61,18	738	1.249	62,26	1.247
TOTAL	150.982		98.074	156.389		156.058

e. Rendas com títulos e valores mobiliários

Notas Explicativas



	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Rendas de títulos de renda fixa	22.891	43.797	13.622	25.521
Rendas de títulos de renda variável	231	231	351	351
Desvalorização de Títulos Livres	-	-	47	-
Ajustes positivos (negativos) ao vlr de mercado TVM	(585)	(1.098)	(695)	(756)
TOTAL	22.537	42.930	13.325	25.116

6. Relações interfinanceiras

Composição:

	30.06.2015	31.12.2014
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	8.053	11
Relações com correspondentes	861	913
Recolhimentos de recursos do Crédito Rural – BACEN	-	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	88.103	107.308
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)	-	150.771
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	52.913	49.137
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural Resolução BACEN nº 3.109/2003	10.296	9.987
Total	160.226	318.127
Circulante	107.313	268.990
Realizável em longo prazo	52.913	49.137

- (a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados. Para a data base 30 de junho de 2015, o item Recolhimento sobre depósitos de poupança foi zerado em função da publicação da resolução 4.410 de 28/05/2015 alterando as regras de Recolhimentos sobre depósitos de poupança.
- (b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 52.913, (R\$27.508, em 30 de junho de 2014) referentes a 289 contratos (147 contratos, em 30 de junho de 2014), nas seguintes situações:
- **207 Homologados;**
 - **81 Pré-Novados** que dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização.
 - **04 Habilitados** aguardando análise pela Administração do FCVS

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

a. Por tipo de Operação

	30.06.2015	31.12.2014
Operações de Crédito		
Adiantamentos a Depositantes	691	7.192
Empréstimos	3.226.703	2.977.556
Financiamentos	775	1.230
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.604	6.631
Financiamentos Imobiliários	10	221

Notas Explicativas



Total de operações de crédito	3.234.783	2.992.830
Outras rubricas		
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	35.847	41.651
Operações de Câmbio	760	679
Devedores por Compras de Valores e Bens	877	1.315
Total em outras rubricas	37.484	43.645
Total da Carteira de Crédito	3.272.267	3.036.475
Circulante	1.425.129	1.355.671
Realizável em longo prazo	1.847.138	1.680.804

b. Por faixas de vencimento e nível de risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.15	31.12.14
Parcelas Vincendas (A Vencer)	-	2.975.867	24.510	58.451	12.897	6.553	11.473	4.941	92.678	3.187.370	2.947.395
Até 30 dias	-	146.313	4.841	6.840	1.894	1.265	825	571	8.645	171.194	166.136
31 a 60 dias	-	58.494	3.714	3.569	710	245	200	161	4.564	71.657	145.737
61 a 90 dias	-	125.575	1.918	3.593	844	303	268	246	5.042	137.789	130.996
91 a 180 dias	-	381.545	3.935	8.363	2.033	703	796	584	11.995	409.954	281.374
181 a 360 dias	-	505.867	3.573	9.414	1.702	992	2.988	750	16.455	541.741	530.474
Acima de 360 dias	-	1.754.647	6.390	25.745	5.408	2.844	5.937	2.458	43.709	1.847.138	1.680.804
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	3.426	139	927	306	201	459	171	2.268	7.897	11.873
Parcelas Vencidas	-	-	1.427	3.016	3.966	2.640	3.471	3.521	66.856	84.897	89.081
15 a 30 dias	-	-	1.427	605	92	60	24	16	1.973	4.197	6.370
31 a 60 dias	-	-	-	2.411	748	387	456	355	4.320	8.677	10.595
61 a 90 dias	-	-	-	-	3.126	408	471	382	5.154	9.541	8.478
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.785	2.520	2.768	15.462	22.535	24.648
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	33.499	33.499	37.192
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	6.448	6.448	1.799
Total em 06.2015	-	2.975.867	25.937	61.467	16.863	9.193	14.944	8.462	159.534	3.272.267	
Total em 12.2014	-	2.733.636	31.493	67.483	22.519	18.088	14.137	14.573	134.546		3.036.475

c. Por Setores de Atividade

Setor Privado	30.06.2015	%	31.12.2014	%
Pessoas Físicas	3.197.138	97,70	2.941.577	96,87
Pessoas Jurídicas	67.740	2,07	86.817	2,86
Rural	6.577	0,20	6.631	0,22
Habitação	10	0,01	221	0,01
Fomento	802	0,02	1.230	0,04
Total	3.272.267	100,00	3.036.475	100,00

d. Concentração dos Principais Devedores

	30.06.2015	%	31.12.2014	%
Principal devedor	7.652	0,23	7.546	0,25
10 seguintes maiores devedores	23.803	0,73	24.632	0,81
20 seguintes maiores devedores	18.920	0,58	20.352	0,67
50 seguintes maiores devedores	24.340	0,74	24.701	0,81
100 seguintes maiores devedores	34.092	1,04	32.860	1,08
Demais devedores	3.163.460	96,67	2.926.385	96,38
Total	3.272.267	100,00	3.036.475	100,00

7.2. Provisões para perdas em operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos de liquidação duvidosa a taxas que variam entre 0,5% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas



Itens	30.06.2015	31.12.2014
Saldo no início do Semestre	(174.634)	(121.949)
Provisões constituídas	(214.013)	(399.970)
Reversões de provisões	43.063	238.985
Valores baixados ou compensados com créditos	152.070	108.300
Provisão para perdas nas operações de crédito	(193.514)	(174.634)
Saldo no início do exercício - outros créditos	(854)	(886)
Provisões constituídas	(68)	(170)
Reversões de provisões	81	202
Provisão para perdas em outros créditos com car. de concessão (Nota 8)	(841)	(709)
Total provisão para perda com operações de crédito	(194.355)	(194.293)
Circulante	(85.120)	(85.058)
Realizável em longo prazo	(109.235)	(109.235)

7.3 Rendas de operações de crédito

	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Adiantamento a depositante	196	529	2.144	3.705
Empréstimo	269.152	521.781	226.907	439.320
Financiamento com interveniência	7	15	13	23
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	11.868	28.387	3.413	5.331
Títulos Descontados	-	-	-	-
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	50	77	25	49
Financiamentos rurais	109	211	73	185
Total	281.382	551.000	232.575	448.613

8. Outros créditos

	30.06.2015	31.12.2014
Circulante		
Carteira de Cambio	1.028	813
Rendas a receber	1.364	1.145
Serviços prestados a receber	1.342	1.122
Outras rendas a receber	22	23
Diversos	172.729	178.051
Adiantamento e antecipações salariais	6.871	2.810
Adiantamento para pagamento	15.163	26.909
Cheques a Receber	-	-
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	15.150	17.559
Devedores por compra de valores	877	1.315
Devedores por depósitos em garantia (b)	46.316	41.912
Imposto e contribuições a compensar	1.825	1.826
Pagamentos a ressarcir	2.012	2.022
INSS	-	-
Outros	-	-
Título e crédito a receber (c) (Nota 7.1)	35.847	41.651
Devedores diversos – País (d)	48.668	42.047
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(5.785)	(5.485)
Com características de concessão de créditos – BANPARÁ Mastercard	(815)	(854)
Sem características de concessão de créditos	(4.970)	(4.631)
Total do circulante	169.336	174.524
Realizável em longo prazo		
Diversos	96.248	102.589



Notas Explicativas

Crédito tributário - IR/CSLL (a)	96.248	102.589
Total realizável em longo prazo	96.248	102.589
Total	265.584	277.113

- (a) Os créditos tributários de IR e CSLL foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota Explicativa nº 20(b). A variação reflete a utilização do crédito tributário de períodos anteriores e ativação de crédito tributário em 2014.
- (b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. Os valores estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12(d). O aumento corresponde à atualização dos depósitos judiciais.
- (c) O saldo de Título e Crédito a Receber – Com Característica de Concessão de Crédito – BANPARÁ Mastercard/Cartão BANPARÁ no valor de R\$35.286 (R\$41.651 em 31.12.2014) estão assim distribuídos:

	30.06.2015	31.12.2014
BANPARÁ Mastercard		
Valores a Faturar	4.150	5.271
Faturados a Receber	11.348	11.809
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	19.788	24.312
Cartão BANPARÁ	-	-
Parcelado sem juros	-	259
Total	35.286	41.651

- (d) O montante de Devedores Diversos – País compreende substancialmente ao subtítulo Transitória de Consignado, com saldo de R\$40.851 (R\$34.718 em 31 de dezembro de 2014), e registra os valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes. A variação acompanha o aumento da carteira de crédito.

9. Imobilizado de uso e intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por Software, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

IMOBILIZADO DE USO	Taxa anual	Valor patrimonial 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor Patrimonial 30.06.2015
Móveis e equip. estoque	-	8.138	-	-	(3.625)	-	4.513
Imobilizações em cursos	-	28.207	4.041	(104)	(450)	-	31.694
Imóveis em uso	4	9.275	-	-	450	(754)	8.971
Móveis e equip. de uso	10	7.468	1.641	(400)	(162)	(586)	7.961
Sistema de comunicação	20	2.431	345	(8)	-	(159)	2.609
Sistema de proc. de dados	20	25.550	7.745	(4.707)	3.692	(4.366)	27.914
Sistema de segurança	10	3.111	491	(66)	73	(253)	3.356
Sistema de transporte	20	30	-	-	22	(24)	28
TOTAL		84.210	14.263	(5.285)	-	(6.142)	87.046
INTANGIVEL	Taxa anual	Valor patrimonial 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor Patrimonial 3.06.2015
Intangível / Software	20	26.672	4.652	-	-	(3.587)	27.737
TOTAL	20	26.672	4.652	-	-	(3.587)	27.737

10. Depósitos e captações do mercado aberto

10.1 Depósitos

a. Composição por tipo de depósito:

	30.06.2015	31.12.2014
--	------------	------------

Notas Explicativas

**Circulante**

Depósitos à vista	879.603	1.002.071
Depósitos do público	536.500	615.330
Depósitos de instituições financeiras	372	374
Depósitos vinculados	9.758	3.196
Depósitos de Governo	332.973	383.171
Depósitos a prazo	2.001.372	1.559.620
Depósitos de poupança	781.767	789.627
Depósitos interfinanceiros	159.703	200.270
Total do circulante	3.822.445	3.551.588
Realizável em longo prazo		
Depósitos a prazo	311.987	348.166
Total exigível em longo prazo	311.987	348.166
TOTAL	4.134.432	3.899.754

Os depósitos de poupança são atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a TR for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da Taxa SELIC quando a TR for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

b. Composição dos depósitos por vencimentos:

Vencimento	À vista	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2015	31.12.2014
Sem vencimento	879.603	1.344	-	781.767	1.662.714	1.792.364
Até 30 dias	-	101.532	41.546	-	143.078	76.781
De 31 a 60 dias	-	50.844	-	-	50.844	60.615
De 61 a 90 dias	-	52.028	52.166	-	104.194	140.207
De 91 a 180 dias	-	595.508	65.991	-	661.499	393.723
De 181 a 360 dias	-	1.200.115	-	-	1.200.115	1.087.898
Acima de 360 dias	-	311.988	-	-	311.988	348.166
Total	879.603	2.313.359	159.703	781.767	4.134.432	3.899.754

c. Composição por segmento de mercado:

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2015	31.12.2014
Sociedades ligadas	319.488	1.493.545	-	-	1.813.033	1.516.841
Pessoas físicas	402.128	147.345	-	753.828	1.303.301	1.348.368
Invest. institucionais	372	268.103	159.703	-	428.178	508.013
Pessoas jurídicas	133.978	403.022	-	27.393	564.939	390.729
Governo municipal	17.781	-	-	-	17.781	134.535
Outros	5.856	1.344	-	-	7.200	1.268
TOTAL	879.603	2.313.359	159.703	781.767	4.134.432	3.899.754

d. Despesas de captação:

	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Depósitos de poupança	13.935	26.959	10.454	20.554
Depósitos interfinanceiros	6.154	11.901	3.678	7.236
Depósitos a prazo	71.039	133.405	64.802	122.063
Depósitos judiciais	562	1.070	423	818
Operações compromissadas-Carteira própria e Terceiros	3.186	11.242	437	761
Letras financeiras	5.460	10.376	5.185	10.026
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	1.987	3.951	2.036	3.998
TOTAL	102.323	198.904	87.015	165.456

10.2 Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado a curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria, composto da seguinte forma:

Recompra a Liquidar

	30.06.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	73.039	216.869
Total	73.039	216.869

11. Emissão de títulos

Notas Explicativas



	30.06.2015	31.12.2014
Recursos de Letras Financeiras	7.270	155.261
Total do circulante	7.270	155.261
Realizável em longo prazo		
Recursos de Letras financeiras	165.192	6.825
Total exigível em longo prazo	165.192	6.825
Total	172.462	162.086

As captações efetuadas mediante a emissão de títulos de Letras Financeiras, observadas as condições determinadas pela Resolução BACEN nº 4.123/2012, são as seguintes:

30.06.2015						
Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Qtde	Total
BANCOOB	LF-POS-CDICE	22.09.2016	102,0000	1.092.961,29	7	7.651
BANRISUL	LF-POS-CDICE	25.07.2016	105,0000	1.115.211,43	25	27.880
CAFBEF	LF-POS-CDICE	01.11.2015	105,0000	1.211.698,30	6	7.270
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14.11.2016	109,0000	540.253,32	240	129.661
Total				-	278	172.462

31.12.2014						
Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Qtde	Total
BANCOOB	LF-POS-CDICE	22.09.2016	102,0000	1.030.736,86	7	7.215
BANRISUL	LF-POS-CDICE	25.07.2016	105,0000	1.049.909,07	25	26.248
CAFBEF	LF-POS-CDICE	01.11.2015	110,0000	1.137.473,84	6	6.825
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14.11.2016	108,8500	507.494,45	240	121.798
Total					363	162.086

12. Outras obrigações

	30.06.2015	31.12.2014
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	21.974	1.162
Sociais e estatutárias	121	5.922
Fiscais e previdenciárias	21.655	25.042
Negociação e intermediação de valores	-	73
Cheque administrativo	538	851
Contrato de assunção de obrigações	2.144	1.535
Obrigações para contribuições ao SFH	2	3
Obrigações por convênios	9.920	9.002
Obrigações por prestação de serviços	6.349	6.074
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	64.583	55.502
Credores diversos – País (b)	38.536	43.357
Passivo contingente – Trabalhista (d)	10.325	2.513
Passivo contingente – Cível (d)	11.301	10.085
Passivo contingente – Tributário (d)	2.834	2.699
Passivo contingente – Cessão de crédito rural com coobrigação (c)	582	557
Total do circulante	190.864	164.377
Exigível em longo prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	12.931	17.078
Total exigível em longo prazo	12.931	17.078
TOTAL	203.795	181.455

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

	30.06.2015	31.12.2014
Circulante		
Provisão com pessoal	34.527	23.651
Provisão com PLR	7.600	8.162
Obrigações atuariais	10.059	9.796
Provisão para outras despesas administrativas	11.073	12.613
Outros	1.324	1.280
Total do circulante	64.583	55.502

Notas Explicativas

**Exigível em longo prazo**

Obrigação atuarial	12.931	17.078
Total do exigível e longo prazo	12.931	17.078
TOTAL	77.514	72.580

(b) Em 30 de junho de 2015 os valores registrados em credores diversos- país compunham-se em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$36.226 (R\$41.304 em 31.12.2014).

(c) Cessão de crédito rural com coobrigação - Trata-se de provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dívidas originárias do crédito rural. O saldo em 30 de junho de 2015 da provisão para cessão de crédito rural com coobrigação é R\$582 (R\$557 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Provisão para contingências: O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	30.06.2015	31.12.2014
Provável	10.325	11.301	2.834	24.460	15.296
Possível	44.968	-	-	44.968	3.891
TOTAL	55.293	11.301	2.834	69.428	19.187

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

	30.06.2015		31.12.2014	
Ações	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis (i)	1.460	18.223	1.248	16.147
Trabalhistas(ii)	206	3.195	158	3.030
Tributárias (iii)	26	24.898	26	22.735
Total	1.692	46.316	1.432	41.912

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

(iii) Obrigações tributárias - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de

Notas Explicativas



êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2015, são:

- **CPMF:** R\$ R\$2.353 (R\$2.221 em 31 de dezembro de 2014). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegis, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$53 (R\$50 em 31 de dezembro de 2014). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU:** R\$428 (R\$428 em 31 de dezembro de 2014). Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém/PA, visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativo a imóveis do patrimônio do Banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário, tendo em conta que o BAPARÁ já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos.

Movimentação das provisões:

	30.06.2015			31.12.2014		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Semestre	2.513	10.084	2.699	2.894	9.256	3.230
Atualização monetária	885	1.071	135	367	1.382	314
Constituições	7.907	283	-	859	1.206	-
Reversões	(980)	(51)	-	(665)	(439)	(845)
Pagamentos	-	(86)	-	(942)	(1.321)	-
No final do Semestre	10.325	11.301	2.834	2.513	10.084	2.699

13. Patrimônio líquido**13.1 Capital Social**

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	30.06.2015		30.06.2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0080	755	0,0080
Administradores	10	0,0001	12	0,0001
Demais Acionistas	1.451	0,0152	1.449	0,0152
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.443	2.206	9.521.649	0,0232

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2 Pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio - J.C.P.

Notas Explicativas



O Conselho de Administração, reunido em 18 de outubro de 2011, decidiu alterar, por proposta da Diretoria Colegiada, a periodicidade de pagamentos ou créditos de Juros sobre Capital Próprio – JCP, para que sejam efetuados trimestralmente, acompanhando a métrica da TJLP, que é divulgada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Assim, foi efetivamente pago no 1º Semestre de 2015, JCP no valor de R\$7.671.

14. Gestão de risco

No que diz respeito à gestão de riscos, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basiléia e de forma alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas de gestão de riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banco.

Com vistas a tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas, foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

O Risco de Mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para mensurar o risco de mercado, o BANPARÁ calcula diariamente o valor em risco (VaR) para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo de cálculo é realizada trimestralmente por análise de Backtesting, a qual valida a metodologia de cálculo que utiliza decaimento exponencial EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), tanto para cálculo do VaR quanto para cálculo de volatilidades, sendo esse decaimento também submetido à análise.

No decorrer do 2º trimestre de 2015, o VaR manteve-se abaixo do limite máximo de 5% do PR estabelecido na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado, tendo registrado, o valor máximo de 3,9%, em relação ao PR

Análise de Sensibilidade:

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira global, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados na carteira de negociação (Trading) e os ativos não classificados na carteira de negociação (Banking), para base do 2º trimestre de 2015:

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 – situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas Pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 – situação de deterioração de 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR para data base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração de 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data base.

		jun/15			dez/14		
Patrimônio de Referência		599.249			565.499		
Carteira	Fator de Risco	Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
		1	2	3	1	2	3
Trading	Pré	-R\$ 187	-R\$ 1.229	-R\$ 2.235	-R\$ 295	-R\$ 968	-R\$ 1.619
		63 Bp	420 Bp	777 Bp	139 Bp	463 Bp	787 Bp

Notas Explicativas



Banking	Pré	-R\$ 52.150	-R\$ 324.508	-R\$ 562.581	-R\$ 98.436	-R\$ 309.042	-R\$ 496.625
		63 Bp	420 Bp	777 Bp	139 Bp	463 Bp	787 Bp
	TR	R\$ 75	-R\$ 19.957	-R\$ 35.891	R\$ 1.486	-R\$ 18.446	-R\$ 34.460
		(1) Bp	298 Bp	598 Bp	(18) Bp	249 Bp	515 Bp

No que refere ao risco cambial, o BANPARA realiza operações de troca de moedas, dólar e euro, bem como operações de financiamento à exportação, representadas no momento pelas operações de Adiantamento Sobre Contrato de Câmbio – ACC. Todas as transações realizadas pelo Banpará são monitoradas diariamente. O risco observado nas operações obedecem aos limitadores estipulados na Política de Gestão de Risco de Mercado da instituição.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é o risco de perda que a instituição incorre quando há incapacidade pelo tomador ou contraparte de cumprir com as respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para fins de classificação dos níveis de risco das operações de crédito do Banpará são utilizados os critérios consistentes e verificáveis dispostos na Resolução CMN N° 2.682/99 acompanhados de provisão em montantes suficientes para fazer face às perdas esperadas na realização das operações.

Para uma melhor gestão do risco de crédito global, o Banco adota, também, um modelo proprietário que viabiliza a identificação das classes de riscos e categorias de clientes, onde são considerados fatores internos e externos permitindo maior acurácia no processo de mensuração, avaliação e mitigação desses riscos. O risco de default é minimizado devido às operações de crédito consignado e banparacard com o funcionalismo público estadual, em razão dos parâmetros para concessão dessas linhas e verificáveis pelos baixos índices de atraso/inadimplência e CBP.

A classificação de risco da carteira de crédito está concentrada, quase que em sua totalidade (90,94%) no nível A, considerado baixo nível de risco.

Na parcela referente à cobertura das exposições ao Risco de Crédito (RWACPAD), apurada mensalmente, verificamos acréscimos de aproximadamente 8,23% em relação a dezembro de 2014 e de 3,64% em relação a junho de 2014 em razão das variações ocasionadas pelo crescimento da carteira de crédito, bem como alteração dos procedimentos no cálculo das exposições ao risco de crédito sujeitas ao requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD).

	31.06.2015	31.12.2014
Total da Carteira de Crédito	3.272.266	3.036.475
RWA CPAD	2.881.768	2.662.621

Risco de Liquidez:

O Banco define Risco de Liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco. Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Banco estabelece em sua Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, o limite mínimo de liquidez - LML e o pré-acionador do plano de contingência – PAPCo, este indica o momento do acionamento do plano de contingência em situações de crises de liquidez.

O Banco mantém o monitoramento diário da margem de liquidez, em cenário de normalidade e de estresse, utilizando-se a Asset Liability Management - ALM como ferramenta para gerenciar o fluxo de caixa (de acordo com a Resolução – CMN nº 4.090/2012 e a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banpará) e o Orçamento, que é uma ferramenta de planejamento dos ativos e passivos para médios e longos prazos, considerando-se ainda, as despesas da instituição.

Para a análise são considerados os cenários macroeconômicos e os eventos que possam impactar na condição de pagamento do Banco. A margem de liquidez em cenário de normalidade e de estresse é projetada para no mínimo 90 du. Os níveis de liquidez se mantêm adequados aos compromissos assumidos.

Notas Explicativas

**Risco Operacional:**

O Risco Operacional caracteriza-se pela possibilidade da ocorrência de perdas provenientes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, dessa forma se faz necessária a sua gestão com a finalidade de monitoramento e indicação de estratégias/procedimentos de controle.

O gerenciamento do Risco Operacional tem como objetivo reduzir a probabilidade da ocorrência de perdas financeiras por meio da implementação de controles mais eficazes. No Banpará, essa gestão está alinhada aos preceitos da Resolução CMN nº 3.380, de 2006, bem como agrega as seguintes características de acordo com as melhores práticas do mercado financeiro: monitoração, identificação, avaliação, controle e mitigação de eventos de risco que integram as atividades e processos concebidos e conduzidos por suas unidades, além da disseminação das políticas relacionadas ao tema, apresentando compatibilidade com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Na quantificação dos riscos operacionais, o Banco adota a metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (Apas) para a apuração dos ativos ponderados pelo risco operacional por abordagem padronizada (RWAopad), considerando nos cálculos o IE (Indicador de Exposição ao Risco Operacional) e o IAE (Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular nº 3.640, de 04/03/2013 do Banco Central do Brasil.

Gerenciamento de capital:

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor em conformidade com Basileia III espelha a relação entre o capital da instituição e as exposições aos riscos de suas operações, o Banco encerrou o 2º trimestre de 2015 com índice de 19,02%, bem acima dos 11% estabelecidos pelo BACEN, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

O Banco mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA/ Relação com Investidores/ Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos.

Índice de Basileia	jun/15	dez/14
Patrimônio de Referência - PR	599.248	565.499
Nível I	599.248	565.499
Capital Principal	599.248	565.499
Capital Complementar	-	-
Nível II	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA	3.149.838	2.912.040
Exposição ao Risco de Crédito - RWA _{CPAD}	2.881.768	2.662.622
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWA _{JUR1}	4.366	3.420
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWA _{CAM}	1.548	2.908
Exposição ao Risco Operacional - RWA _{OPAD}	262.154	243.090
Risco Banking - RBAN	52.552	52.151
Valor da Margem	200.213	193.024
Índice de Basileia Banpará - IB	19,02%	19,42%

15. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde**15.1 Plano de suplementação de aposentadoria**

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco (CAFBEP), entidade fechada de previdência privada.

Notas Explicativas



Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio-reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado Prev-Renda, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo regulamento do Plano Básico, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

1. Suplementação de aposentadoria por invalidez;
2. Suplementação de aposentadoria por idade;
3. Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
4. Suplementação da pensão por morte;
5. Suplementação do auxílio-reclusão;
6. Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Participantes assistidos	30.06.2015	31.12.2014
Quantidade	19	19
Idade média (anos)	69	68
Benefício médio (R\$)	3.657	3.658
Pensionistas		
Quantidade	1	1
Idade média (anos)	68	67
Benefício médio	2.394	2.394

As principais premissas atuariais, atualizadas semestralmente, na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicada, por inexistirem ativos;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas econômicas:

- **Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:** 6,52% ao ano, correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2020, selecionada em função do resultado do *duration* do passivo;
- **Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício):** 12,43% a.a, composta pela estimativa de inflação anual 5,90% a.a e pela taxa anual de juros (6,17% a.a), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2014. Nesta reavaliação foi utilizada a taxa nominal equivalente semestral de 6,03% a.s.;
- **Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício):** 12,43% a.a composta pela estimativa de inflação anual (5,90%a.a) e pela taxa de juros (6,17%a.a),

Notas Explicativas



ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2014.

- **Taxa de rotatividade:** não aplicável;
- **Taxa real de progressão salarial:** não aplicável;
- **Taxa real de reajuste de benefícios:** 0,00%;
- **Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social:** 0,00%;
- **Fator de capacidade para salários:** 97,44%;
- **Fator de capacidade para benefícios:** 97,44%;
- **Taxa esperada de inflação no longo prazo:** 5,90% ao ano;
- **Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios:** 8,14% (INPC de setembro/14 a maio/15).

iii) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: **Não aplicada**
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: dados cadastrais informados pela entidade.

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- 1) Renda temporária;
- 2) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- 3) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por invalidez.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo:

	30.06.2015	31.12.2014
Participantes ativos		
Quantidade	996	973
Idade média (anos)	46	45
Salário médio (R\$)	5.925	5.774
Participantes assistidos		
Quantidade	247	252
Idade média (anos)	69	67
Benefício médio (R\$)	3.774	3.718
Pensionistas		
Quantidade	91	84
Idade média (anos)	56	56
Benefício médio	2.732	2.276

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,52% a.a; correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2020, selecionada em função do resultado do duration do passivo.

Notas Explicativas



- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 12,43% a.a., composta pela estimativa de inflação anual 5,90% a.a e pela taxa anual de juros (6,17% a.a), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2014. Nesta reavaliação foi utilizada a taxa nominal equivalente semestral de 6,03% a.s.;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 1,91% a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 97,44%;
- **Fator de capacidade para benefícios: 97,44%;**
- **Taxa esperada de inflação no longo prazo:** 5,90% ao ano;
- **Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios:** 8,14% (INPC de setembro/14 a maio/15).

iii) **Outras Premissas:**

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: **Não aplicada**
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

15.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido (BD)

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais em 30 de junho de 2015 de R\$ 7.849 e ativo líquido de R\$ 6.917 tendo como resultado déficit atuarial em 31 de junho de 2015, R\$ 932.

Obrigação atuarial Plano BD	30.06.2015	31.12.2014
Saldo inicial	885	456
Provisão	47	429
Reversão	-	-
Saldo final	932	885

b. Plano de Contribuição Definida (PREVRENDA - CD)

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementar o saldo da conta do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,3767% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago, até 30 de junho de 2015, 151 parcelas, restando, ainda, 29 parcelas de R\$ 877 a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 11,56% ao ano (6% + INPC acumulado no ano de 2015), estando totalmente provisionado, cujo passivo reconhecido, em 30 de junho de 2015, é de R\$ 22.058 (R\$ 25.542 em 30 de junho de 2014). No 2º trimestre de 2015, o Banco efetuou contribuições a favor da CAFBEP, no montante de R\$ 3.277 (R\$ 3.408 no 4º trimestre do ano anterior).

c. Obrigações Sociais – Plano BD e CD

Obrigação atuarial Planos BD e CD	30.06.2015	31.12.2014
Plano BD	932	885
Plano CD	22.058	25.988
Total das obrigações sociais	22.990	26.873

16. Transações com Partes Relacionadas

Notas Explicativas

As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas que variam de 101% a 110% do CDI.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos de aposentadoria dos funcionários.

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.06.2015	31.12.2014
Estado do Pará		
Depósitos à vista – (Nota Explicativa nº 10 (c))	319.488	380.081
Depósitos a prazo – (Nota Explicativa nº 10 (c))	1.493.545	1.136.760
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do Banpará - CAFBEP		
Depósitos à vista	15	64
Obrigações sociais e por convênio (Nota Explicativa nº 15.2 “b”)	22.990	26.873

	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Remuneração com os administradores				
Diretoria	405	783	321	641
Conselho de Administração	69	135	56	112
Participação nos Lucros e Resultados				
Administradores	54	108	54	107

17. Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de junho de 2015, é de R\$94.811 (R\$89.441 em 31 de dezembro de 2014), é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

18. Instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos, divulgados nas notas anteriores.

A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

Em 30 de junho 2015, o Banco não possuía qualquer saldo não registrado de operações dessa natureza.

19. Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O Banco mantém com os Bancos: Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, Banco Cooperativo SICREDI S.A - SICREDI Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 31 de março de 2015, a posição da obrigação do Banco, registrada nas contas de depósitos interfinanceiros, que envolve referido acordo é a seguinte:

IF	Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da Obrigação	Valor do DIR R\$	Juros Capitalizados R\$	30.06.2015
						Valor Total R\$
BANCOOB	CDI-PÓS	28.07.2014	21.12.2015	37.500	4.173	41.673
BANCOOB	CDI-PÓS	22.12.2014	21.12.2015	15.900	985	16.885
BANCOOB	CDI-PÓS	22.12.2014	21.12.2015	7.000	433	7.433

Notas Explicativas



BANESTES	CDI-PÓS	23.06.2014	01.07.2015	37.000	4.546	41.546
TOTAL				97.400	10.137	107.537

IF	Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da Obrigação	Valor do DIR R\$	Juros Capitalizados R\$	31.12.2014 Valor Total R\$
BANCOOB	CDI-PÓS	28/10/2014	22/06/2015	10.000	196	10.196
BANCOOB	CDI-PÓS	28/07/2014	21/12/2015	37.500	1.801	39.301
BANCOOB	CDI-PÓS	22/12/2014	21/12/2015	15.900	42	15.942
BANCOOB	CDI-PÓS	22/12/2014	21/12/2015	7.000	18	7.018
SICRED	CDI-PÓS	30/06/2014	22/06/2015	36.000	693	36.693
BANESTES	CDI-PÓS	23/06/2014	01/07/2015	37.000	2.181	39.181
TOTAL				143.400	4.931	148.331

20. Imposto de Renda, Contribuição Social e Crédito Tributário.**a. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente**

DESCRIÇÃO	30.06.2015		31.12.2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	100.580	133.626	198.230	229.180
Juros s/Capital Próprio	(7.671)	(7.671)	(25.427)	(25.427)
Base de Cálculo	92.909	125.955	172.803	203.753
Adições (Exclusões)	105.476	72.480	158.792	127.931
Lucro Tributável antes das Compensações	198.385	198.435	331.595	331.684
Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	-
Base de Cálculo após Compensações	198.385	198.435	331.395	331.684
Alíquota Normal (15%)	29.758	29.765	49.739	49.753
Adicional do Imposto de Renda (10%)	19.826	-	33.136	-
Valores Devidos	49.584	29.765	82.875	49.753
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(70)	-	(156)	-
Incentivos Fiscais	(200)	-	(1.068)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(107)	-	(77)	-
Vale Cultura	(225)	-	(74)	-
IR e CSLL a Pagar	48.982	29.765	81.500	49.753

b. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 111.398 mil, relativo às diferenças temporárias de Provisão p/Créditos em Liquidação, ativadas em 2011, 2012, 2013 e 2014, sendo R\$ 71.364 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 40.034 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 15% de CSLL sobre a base de Operações de Créditos em Liquidação.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões p/Créditos em Liquidação será realizado com base nas Perdas transferidas para CBP, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o semestre findo em 30 de junho de 2015:

Créditos Tributários	Saldo 31.12.2014	Constituição	Realização	Saldo 30.06.2015
Diferença Temporária - IRPJ	76.832	-	(5.468)	71.364
Diferença Temporária - CSLL	43.315	-	(3.281)	40.034

Notas Explicativas



Total	120.147	-	(8.749)	111.398
--------------	----------------	----------	----------------	----------------

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de Créditos Tributários ativos provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação:

Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Projeção de realização	2015	2016	2017	2018	2019	2020 a 2024	Total
Crédito Tributário de I.R	5.644	8.161	8.053	7.948	7.843	33.715	71.364
Crédito Tributário de C. Social	3.166	4.578	4.518	4.458	4.400	18.914	40.034
Total dos créditos	8.810	12.739	12.571	12.406	12.243	52.629	111.398
Taxa média de captação a.a. (%)	10,23%	8,84%	8,30%	7,84%	7,90%		
Valor presente do crédito tributário	7.762	10.312	9.397	8.599	7.864		

c. Créditos Tributários Não Ativados

O Banco possui registrados Créditos Tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 100.823, conforme demonstrado, desses, R\$ 74.401 são provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação. Em 30 de junho de 2015, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Descrição	Saldo 31.12.2014	Realização	Constituição	Saldo 30.06.2015	Crédito tributário
Provisão para Créditos em Liquidação	77.896	-	108.105	186.001	74.401
Provisão para Outros Créditos	36.966	-	651	37.617	14.667
Provisão para Passivos Trabalhistas	2.513	-	7.812	10.325	4.130
Provisão para Ações Cíveis	10.085	-	1.216	11.301	4.520
Prejuízos em Operações Swap	516	-	-	516	129
Provisão para Riscos Fiscais	2.699	-	135	2.834	1.133
Provisão para Outros Valores e Bens	5.264	(871)	-	4.393	1.843
Total das Adições Temporárias	135.939	(871)	117.919	252.987	100.823

21. Outras receitas e despesas

21.1 Outras receitas/despesas operacionais:

Outras receitas operacionais	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Recuperação de encargos e despesas	61	70	28	39
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.010	4.116	1.534	3.018
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	19	371	-	-
Outros	677	1.139	146	566
Total	2.767	5.696	1.708	3.623

Outras despesas operacionais	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Despesa de carteira imobiliária	79	422	502	517
Desp. de atual. monetária de valores passivos	69	69	38	67
Despesas de atualização de ações judiciais	6.091	9.215	405	806
Despesas de ações judiciais	14	316	546	805

Notas Explicativas



Despesas de Variação e Dif. de Taxa	548	1.225	-	-
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	10	716	-	-
Outras	1.037	1.444	148	519
Total	7.848	13.407	1.639	2.714

21.2 Outras receitas/despesas não operacionais

Outras receitas não operacionais	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Desvalorização de outros valores	227	643	2.232	2.232
Recuperação de Clonagem de Cartão	150	150	-	-
Lucros em transações com valores mobiliários	43	103	802	802
Outras receitas não operacionais	321	482	403	639
Total	741	1.378	3.437	3.673

Outras despesas não operacionais	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Insubstituições ativas	6	419	47	97
Prejuízo na alienação de valores	203	203	-	-
Fraudes externas	1.127	1.127	312	921
Desvalorização de outros valores e bens	-	-	2.127	2.127
Outras despesas não operacionais	62	231	2	9
Total	1.398	1.980	2.488	3.154

21.3 Receitas de prestação de Serviços

Receita de Prestação de Serviços	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Administração de Fundos	51	103	68	121
Administração de Fundos - Desenvolvimento	647	1.370	48	109
Transferências de Fundos	350	649	250	488
Rendas de Cobranças	2	3	1	2
Pacotes de Serviços	8.040	15.499	6.739	12.994
Rendas de Serviços Diferenciados	154	327	163	340
Rendas de Outros Serviços	1.929	3.490	1.471	3.363
Total	11.173	21.441	8.740	17.417

21.4 Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Confecção de Cadastro	3	17	94	160
Exclusão de Cadastro do Emitente	95	191	123	258
Contra Ordem	7	39	43	89
Fornecimento de Folhas de Cheques	62	125	87	159
Saque de Conta Depósito	860	1.195	313	638
Transferência por meio de DOC	318	567	82	82
Transferência entre carteiras	11	26	5	5
Fornecimento de Extrato Mensal	79	169	111	111
Concessão de Adiantamento	132	357	196	404
Cartão de Crédito Básico	663	1.282	571	885
Contas de Depósitos	428	748	195	371
Cadastro	20	38	59	59
Transferências de Recursos	129	216	361	635
Operações de Crédito	103	157	131	131
Outras Rendas	1.377	2.263	2.009	3.663
Convênios	2.428	4.576	1.731	2.991

Notas Explicativas



Outros	-	-	-	-
Total	6.715	11.966	6.111	10.641

21.5 Despesas de pessoal

Despesas de Pessoal	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Honorários	509	989	407	814
Benefícios	9.465	18.568	7.155	13.952
Encargos Sociais	14.223	28.849	12.214	22.643
Proventos	33.186	64.885	26.079	52.004
Treinamento	359	765	472	879
Renumeração de Estagiários	309	566	234	435
Total	58.051	114.622	46.561	90.727

21.6 Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Água e Energia	1.533	3.074	953	1.834
Aluguéis	2.255	4.510	1.567	3.002
Comunicações	7.556	14.137	6.085	11.274
Manutenção e Conservação de Bens	1.557	3.311	1.189	2.410
Material	464	1.125	752	752
Processamento de Dados	10.488	20.857	8.750	16.541
Promoções e Relações Públicas	1.138	2.633	2.649	3.437
Propaganda e Publicidade	1.510	2.371	1.518	2.612
Publicação	493	780	499	721
Serviços do Sistema Financeiro	3.287	6.164	1.617	3.134
Serviços de Terceiros	6.865	13.235	5.916	12.182
Serviços de Vigilância	7.730	15.115	7.856	12.943
Serviços Técnicos Especializados	2.702	4.042	3.159	6.018
Transportes	3.435	6.903	2.729	5.321
Viagens	472	472	678	678
Outras Despesas Administrativas	1.054	2.122	1.869	1.869
Outros	4.879	9.893	2.306	7.766
Total	57.418	110.744	50.092	92.494

21.7 Despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º trimestre 2015	30.06.2015	2º trimestre 2014	30.06.2014
Contribuição ao PIS/PASEP	1.512	2.985	1.347	2.588
Contribuição ao COFINS	9.203	18.208	8.258	15.888
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza- ISS	842	1.605	728	1.377
Despesas Tributárias	156	548	133	542
Total	11.713	23.346	10.466	20.395

22. Outras informações:

22.1 Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 675/15, elevando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O Banpará aguardará a conversão da MP em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

22.2 Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada no DOU, a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14, que dentre outros assuntos, altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (art. 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais.



Notas Explicativas

22.3 Resultado abrangente (Resolução CFC nº 1.185/09 e o CPC 26) - Em 30 de junho de 2015 não houve modificações no Patrimônio Líquido do Banco que não aquelas resultantes de investimentos dos sócios e ou distribuições aos sócios.

22.3 Relacionamento com Auditores Independentes

Os auditores independentes até 30 de junho de 2015, não prestaram outros serviços que não os relacionados a auditoria externa.

Notas Explicativas**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período". Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), de de 2015.

Conselho Fiscal

Notas Explicativas**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V. do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, acompanhadas do Relatório da Administração, pareceres dos auditores independentes, KPMG - Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição

Belém (PA), de de 2015.

Conselho de Administração

Notas Explicativas**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015 do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), de de 2015.

Notas Explicativas**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015 do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), de de 2015.

Notas Explicativas

Conselho de administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal
Augusto Sérgio Amorim Costa Presidente	Augusto Sérgio Amorim Costa Diretor Presidente	Maria do Céu Guimarães de Alencar Membro
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Membro	Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Diretor	Alex Fiúza de Melo Membro
Timara de Souza Miranda Membro	Márcia Regina Maués da Costa Miranda Diretora	José Maria Tavares Teixeira Membro
Francisco Nogueira Neto Membro	Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor	
Benedito Passos Góes Membro	Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora	
	Eugênio Luis de Sousa Pessoa Diretor	

Marta Pinheiro de Barros
Contadora CRC (PA) nº 11.584-O5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e aos acionistas do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, do Banco do Estado do Pará S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 14 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente